

ENTRELAÇAMENTOS DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CENA

Cristiana Cosme da Silva¹

Meyre-Ester Barbosa de Oliveira²

Resumo

Este resumo tem como finalidade apresentar o projeto de mestrado em andamento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN). Possui como objeto de estudo políticas educacionais de educação infantil, em específico a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Nas quais apresentam entrelaçamentos entre as políticas e a formação de professores pré-escolar.

As políticas públicas são fundamentais para o bem-estar social. Viver em sociedade sem regras definidas poderia resultar em um verdadeiro caos, considerando a complexidade das relações humanas. Segundo Teixeira (2002, p. 2), “políticas públicas” são diretrizes e princípios norteadores da ação do poder público; constituem regras e procedimentos que regulam as relações entre o Estado e a sociedade, funcionando como mediações entre os diversos atores sociais e o Estado. Essas diretrizes tornam-se explícitas por meio de um processo de sistematização e formulação em documentos legais, como leis, programas e linhas de financiamento.

Nesse sentido, as políticas educacionais correspondem àquelas voltadas especificamente à organização e ao desenvolvimento da educação. São elas que estabelecem as normativas, diretrizes e orientações que visam garantir o direito à educação de qualidade para todos. No entanto, como afirmam Ball e Mainardes (2011, p. 13), “na prática, as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexecutáveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de

1Professora de educação infantil da rede municipal de Limoeiro do Norte, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação (POSEDUC/FE). E-mail: cristiana20241000105@alu.uern.br;

2Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e do POSEDUC/FE/UERN, Doutora em Educação (PROPED/UERJ), Líder do Grupo GEPCE/CNPQ. Email: meyreoliveira@uern.br



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



mudança do que pensamos sobre o que fazemos”. Os autores ressaltam que as políticas educacionais costumam ser concebidas para contextos ideais, com infraestrutura adequada e boas condições de trabalho, sem considerar, muitas vezes, as desigualdades regionais, as limitações de recursos e as capacidades locais de implementação.

No âmbito da educação básica inicial, o professor ocupa uma posição central como mediador entre a criança e o conhecimento, promovendo experiências pedagógicas significativas que ampliam a visão de mundo da criança, respeitando sua bagagem cultural e incentivando sua curiosidade (Bueno, Barros, Ferraz, 2020). Apesar das intenções proporcionados por documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), a atuação docente ainda enfrenta desafios importantes na transposição das diretrizes políticas para a prática cotidiana. Tais desafios se refletem no planejamento e na execução pedagógica, revelando as dificuldades envolvidas na consolidação de uma educação verdadeiramente significativa, inclusiva e contextualizada.

Destaca-se, portanto, a relevância de aprofundar o debate sobre os desafios que permeiam a prática docente nas instituições de educação infantil, especialmente no que se refere à atuação dos professores da primeira infância diante das recentes diretrizes curriculares e políticas públicas — entre elas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) —, que têm reconfigurado concepções, métodos e finalidades da educação nesse nível de ensino.

A BNCC, ao estruturar o currículo da educação infantil em campos de experiências e contextos de aprendizagem, propõe uma abordagem que valoriza as interações, a brincadeira e o protagonismo infantil. Essa proposta exige que os professores adaptem as diretrizes gerais às realidades locais, considerando as vivências, tradições e especificidades socioculturais das crianças (Silva, 2021). Por sua vez, o CNCA, embora voltado prioritariamente à alfabetização no ciclo de 6 a 8 anos, dialoga diretamente com a etapa final da educação infantil, ampliando as responsabilidades dos docentes e pressionando por uma preparação precoce para o processo de alfabetização. Tais demandas intensificam os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais e limitações institucionais. Em face a esse contexto, a presente pesquisa se debruça sobre o seguinte problema “Como os professores de uma escola de Educação Infantil do município de



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



Limoeiro do Norte/CE atuam e produzem sentidos para as políticas de/para a Educação Infantil em suas práticas de alfabetização?”

Assim, tomando como referência analítica o Ciclo de Políticas de Ball e Bowe e a Teoria da Atuação de Ball et al. A pesquisa será realizada no município de Limoeiro do Norte, localizado na região do Vale do Jaguaribe, interior do estado do Ceará. O lócus da investigação será uma escola municipal de porte médio, situada na zona urbana, que atende 336 alunos da educação infantil e conta com uma equipe de 21 professores e 58 servidores. O estudo adota uma abordagem qualitativa, buscando compreender, a partir das práticas e percepções docentes, os modos como as políticas são interpretadas, ressignificadas e materializadas no cotidiano escolar, considerando as dimensões contextuais, estruturais e organizacionais da instituição

A realização deste estudo em uma instituição de educação infantil confere à pesquisa um caráter singular, ao situar-se no espaço em que as políticas são interpretadas, negociadas e ressignificadas pelos sujeitos que as vivenciam. Nessa perspectiva, a investigação propõe-se a problematizar os modos como documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), são traduzidos nas práticas cotidianas e nos discursos pedagógicos que emergem nesse contexto. Espera-se, assim, que o estudo contribua para ampliar o debate sobre os processos de recontextualização das políticas educacionais, fornecendo subsídios teóricos e analíticos para compreender as múltiplas interpretações e deslocamentos que marcam a atuação docente na educação infantil.

Ao analisar as atuações das políticas no contexto da Educação Infantil, o estudo contribui para o fortalecimento de uma visão mais dialógica e contextualizada das políticas públicas, reconhecendo o papel ativo dos professores como sujeitos produtores de sentidos e práticas. Nessa direção, o estudo reafirma o compromisso com a formação docente, com a qualidade das práticas educativas e com o aperfeiçoamento das políticas públicas de educação.

Parte-se do pressuposto de que as políticas de/para a Educação Infantil é atuada de modos singulares pelos professores, em função das condições contextuais, históricas e materiais das instituições e das interpretações que constroem sobre tais políticas.

Dessa forma, compreender como os professores de uma escola de Educação Infantil do município de Limoeiro do Norte/CE atuam frente às políticas de/para a Educação Infantil em suas práticas alfabetizadoras constitui o objetivo geral deste estudo. Para alcançar tal propósito, estabelecem-se como objetivos específicos: analisar as políticas de formação de professores



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



para a Educação Infantil no Brasil, produzidas nas últimas décadas, identificando os sentidos e concepções de docência e infância nelas enunciados; apreender os sentidos de Educação Infantil em disputa nas políticas curriculares e de formação docente, com atenção especial às concepções de alfabetização e infância; e investigar como as políticas de e para a Educação Infantil são interpretadas, apropriadas e (re)significadas pelos professores em suas práticas alfabetizadoras.

A relevância social desta pesquisa reside na necessidade de compreender o que os sujeitos professores fazem com as políticas e como as interpretam e (re)significam em suas práticas cotidianas. Considerando que as políticas de/para a Educação Infantil é frequentemente formulada em instâncias distantes do contexto escolar, torna-se fundamental investigar **como** elas ganham sentido e forma no interior das instituições e nas ações dos docentes. Ao analisar as atuações das políticas no contexto da Educação Infantil, o estudo contribui para visibilizar o papel ativo dos sujeitos que produzem política no esforço coletivo diário das escolas. Ademais, espera-se que a compreensão da atuação das políticas na Educação Infantil possa suscitar futuras pesquisas, replicações metodológicas e comparações em diferentes contextos educacionais.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativo-discursiva, orientada pelos pressupostos do ciclo de políticas (Ball; Bowe; Mainardes) e da teoria da atuação das políticas (Ball; Maguire; Braun). Tal perspectiva compreende a política como um processo dinâmico, produzido, interpretado e (re)significado por diferentes atores nos múltiplos contextos em que circula, especialmente no contexto da prática. Nessa direção busca compreender as relações entre políticas educacionais e a prática docente na educação infantil, a partir da análise de contextos e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo educativo. A escolha por essa abordagem se justifica pelo seu potencial de interpretar a complexidade das práticas pedagógicas e os múltiplos fatores que as influenciam, especialmente em contextos marcados por políticas públicas recentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

A investigação ancora-se em referenciais teóricos que discutem a formação docente, as políticas curriculares e os processos de atuação das políticas educacionais, com base em autores como Ball, Maguire e Braun (2016), Ball e Mainardes (2011), Mainardes (2006), Lopes (2008), Frangella e Dias (2019) e Frangella (2024), entre outros.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



A produção e análise dos dados orienta-se pelos princípios da pesquisa discursiva pós-estrutural, buscando apreender os sentidos e significações produzidos nos discursos das políticas e nas práticas docentes. Inspirada nos aportes de Ball e colaboradores, a análise articula os contextos da influência, da produção do texto e da prática, de modo a identificar como as políticas de/para a Educação Infantil são atuadas, recontextualizadas e (re)significadas no cotidiano escolar.

Compreender o pós-estruturalismo é fundamental para uma leitura mais didática da escrita da pesquisa, pois suas formas específicas de pensar e escrever permeiam todo o trabalho. Suas nuances influenciam diretamente o modo como o texto é construído e compreendido.

Segundo James Williams (2012, p.10) o pós-estruturalismo surgiu como movimento filosófico na década de 1960, que permaneceu sendo uma influência não apenas na filosofia, mas também em um leque mais amplo de campos temáticos, incluindo literatura, política, arte, críticas culturais, história e sociologia. Mantendo uma posição controversa e visto como posição divergente, nas ciências e a valores morais estabelecidos.

Perceber o movimento pós-estruturalista, bem como os principais pensadores que o constituem, é indispensável para a apropriação de suas contribuições teóricas. Conforme aponta James Williams, cinco das obras mais influentes do pós-estruturalismo estão vinculadas a autores como Derrida, Deleuze, Lyotard, Foucault e Kristeva. O estruturalismo busca assimilar padrões recorrentes (como as rotinas diárias) e parte da norma para identificar desvios, acreditando que o conhecimento e o bem residem na regularidade. Já o pós-estruturalismo rompe com essa lógica, afirmando que os limites – e não o centro – constituem o verdadeiro cerne do conhecimento. Para essa perspectiva, o que é considerado marginal ou limítrofe não é um desvio, mas elemento essencial e definidor da verdade. Assim, o limite possui valor próprio e não depende de uma norma central para existir ou ser compreendido. Exemplificado melhor segue o trecho do livro:

O pós-estruturalismo rastreia os efeitos de um limite definido como diferença. Aqui, “diferença” não é entendida no sentido estruturalista de diferença entre coisas identificáveis, mas no sentido de variações abertas (que são chamadas, às vezes, de processos de diferenciação, e, muitas vezes, diferenças puras). Esses efeitos são transformações, mudanças, reavaliações. O trabalho do limite é abrir o limite e mudar nosso senso de seu papel como verdade e valor estáveis. E se a vida tivesse diferentes



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



padrões? E se nossas verdades estabelecidas fossem outras, não o suposto? Como podemos fazer as coisas diferentes? (Williams, 2012, p.12. Grifos do autor).

O pós-estruturalismo propõe uma mudança profunda na forma como entendemos o conhecimento, a verdade e a realidade. Em vez de buscar verdades fixas, ele nos convida a olhar para os limites — ou seja, para aquilo que escapa das classificações rígidas, para as diferenças que não podem ser totalmente encaixadas nas normas estabelecidas em nossa sociedade.

Mas aqui, “diferença” não é apenas contraste entre coisas bem definidas (como o estruturalismo sugeria). É algo mais dinâmico: são variações em movimento, formas em formação, que questionam o que é tido como normal. Essas diferenças podem ser abordadas, por autores como: Stephen Ball e Alice Lopes, em seus escritos sobre políticas educacionais e teorias de currículo.

Assumir uma perspectiva pós-estrutural, conforme argumentam Lopes e Macedo (2011), implica reconhecer que os sentidos não existem na materialidade em si, mas são sempre construídos por meio de sistemas de significação. A partir da leitura de Hall, os autores destacam que o significado só pode ser produzido dentro de jogos de linguagem e sistemas classificatórios. Dessa forma, muitos aspectos da realidade permanecem invisíveis por não serem nomeados ou inseridos nesses sistemas, funcionando como verdades provisórias, abertas à constante ressignificação e produção de novos sentidos.

O ciclo de políticas, conforme destaca Mainardes, insere-se em uma perspectiva que propõe a desconstrução de conceitos e certezas estabelecidas, alinhando-se a uma abordagem pós-estruturalista da análise de políticas educacionais. Como podemos verificar a seguir:

Ciclo de políticas adota uma perspectiva pós-estruturalista, cujas características incluem a desconstrução de conceitos e certezas do presente, o engajamento crítico, a busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, a focalização nas práticas cotidianas (micropolíticas), a heterogeneidade e o pluralismo, bem como a articulação entre macro e microcontextos. [...] A abordagem do ciclo de políticas oferece instrumentos analíticos para a análise da trajetória de políticas (formulação, produção de textos, implementação, resultados), embora se reconheça que outra teoria, mais específica, possa ser empregada para a análise da política ou programa em questão. (Mainardes, 2006, p.58)



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



Assim, como resume James Williams (2012, p.12), o pós-estruturalismo pergunta: “E se a vida tivesse diferentes padrões? E se nossas verdades estabelecidas fossem outras, não o suposto? Como podemos fazer as coisas diferentes?” Nesse sentido, o trabalho do pensamento pós-estruturalista é abrir os limites, questionar o que é dado como certo e imaginar possibilidades outras.

A partir dessa perspectiva, compreender as políticas educacionais implica reconhecer que elas não são estruturas fixas ou prescrições lineares, mas campos de disputa de sentidos, nos quais diferentes atores produzem, negociam e transformam significados. Assim, adotar um olhar pós-estruturalista significa deslocar o foco da análise das intenções normativas dos textos de política para as práticas, discursos e interpretações que lhes dão vida no cotidiano escolar. É nesse movimento que a pesquisa se insere, buscando apreender as atuações docentes como práticas discursivas que produzem sentidos sobre a Educação Infantil e sobre as próprias políticas que as atravessam.

A produção dos dados segue os princípios de análise e interpretações com os autores pós-estruturais citados acima buscando identificar categorias relevantes que evidenciem as tensões entre a formulação das políticas e sua efetivação no cotidiano das instituições de educação infantil. Essa metodologia permite compreender como tem se dado a atuação de professores de uma escola de educação infantil.

Nessa direção, o material empírico constitui-se de documentos oficiais, diretrizes curriculares, programas governamentais e registros do cotidiano escolar, produzidos no interior de uma instituição de Educação Infantil do município de Limoeiro do Norte/CE. A análise desses materiais, articulada às observações e interações com os professores participantes, permite compreender como as políticas de/para a Educação Infantil são atuadas nas práticas pedagógicas. Desse modo, o empírico não é entendido como simples campo de verificação, mas como espaço de produção de sentidos, no qual as políticas ganham materialidade e novas possibilidades de significação.

No escopo, advogamos que a articulação entre os princípios éticos e a pesquisa como requisito fundamental para garantir a coerência na construção do conhecimento.

A ética na pesquisa qualitativa em educação, especialmente em investigações que envolvem políticas de cunho curriculares como a BNCC e o CNCA e suas repercussões na formação docente na educação infantil, exige um olhar atento às relações estabelecidas com os



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



sujeitos e aos contextos investigados. Mais do que cumprir exigências formais, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os trâmites junto aos Comitês de Ética, é necessário assumir uma postura ética no cotidiano da pesquisa, respeitando os tempos, saberes e experiências dos professores e demais atores educacionais. A escuta sensível, o cuidado com a exposição de falas e vivências, bem como a responsabilidade com a interpretação dos dados e com a devolutiva à comunidade pesquisada, são aspectos fundamentais. Nessa perspectiva, a ética se configura como uma prática reflexiva e política, que atravessa todas as etapas da investigação e reafirma o compromisso com a transformação social e com a valorização dos sujeitos da educação e investigados.

A pesquisa contará com a participação de 04 (quatro) professores atuantes em uma escola da Rede municipal de Ensino de Limoeiro do Norte/CE. A definição desse número decorre da natureza qualitativa e interpretativo-discursiva do estudo. Portanto, o número reduzido de participantes demonstra ser viável, tornando a pesquisa exequível.

A delimitação a uma única instituição também assegura a exequibilidade da pesquisa, garantindo o tempo necessário para o trabalho de campo, a análise discursiva dos dados e o cumprimento das exigências éticas previstas.

Importante destacar que a pesquisa só será iniciada quando receber a aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa e a devida assinatura dos termos e autorizações por parte dos participantes e da gestão escolar. O material da pesquisa é baseado no diálogo com pesquisadores que dedicaram seus estudos as políticas educacionais, assim como documentos oficiais, documentos produzidos pelo município e pelas escolas, referentes ao mapa educacional.

Para a produção de dados utilizaremos as entrevistas semiestruturadas com os/as 04 (quatro) professores/as atuantes em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Limoeiro do Norte/CE, observando as reflexões e possibilidades de interpretação dos discursos acerca da atuação das políticas educacionais de/para a Educação Infantil. Por conseguinte, será totalmente ouvida, transcrita e apresentada para os colaboradores, para que os mesmos possam concordar ou discordar do material apresentado e, somente após essa etapa, será feita a análise.

As entrevistas terão a duração necessária para cada participante e, mediante autorização, serão gravadas e transcritas integralmente. Segundo Gil (2008, p. 37), “as entrevistas, por sua



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



vez, possibilitam ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais.” A análise dos dados será feita com base na organização e interpretação de pequenos contextos discursivos, extraídos das falas que se mostrarem significativas para alcançar os objetivos da pesquisa.

Durante o processo analítico, será dada especial atenção às falas que revelem, ainda que de forma não sistematizada, aspectos que dialoguem com os referenciais teóricos sobre formação docente, políticas curriculares e atuação nas políticas educacionais, a partir de autores como Ball, Maguire e Braun (2016), Ball e Mainardes (2011), Mainardes (2006), Lopes (2008), Frangella e Dias (2019) e Frangella (2024), entre outros. Tais elementos podem emergir nos modos como as professoras compreendem, traduzem e vivenciam as políticas de formação e currículo em suas práticas cotidianas, revelando interpretações, posicionamentos e resistências.

A partir dessa perspectiva, a análise buscará compreender como os sujeitos produzem sentidos sobre as políticas em curso, especialmente a BNCC e o CNCA, reconhecendo o papel ativo que exercem como intérpretes e produtores locais dessas políticas. O objetivo é compreender as relações entre políticas educacionais e a prática docente na educação infantil.

A pesquisa encontra-se em fase de submissão ao Comitê de Ética, aguardando a devida aprovação para o início das entrevistas. A partir dessa etapa, será possível obter um material empírico que subsidiará e dará maior consistência ao desenvolvimento do estudo.

Como resultado, espera-se que o estudo contribua para a compreensão dos modos de atuação das políticas educacionais no contexto da Educação Infantil e suscite reflexões críticas sobre os desafios e impactos dessas políticas na formação e na prática docente.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação. Base Nacional Comum Curricular. CNCA.

Referências

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99–116, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



BALL, Stephen J. Política educacional global: reforma e lucro. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1–15, 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 18 maio 2025.

BALL, Stephen. **Educação global SA: novas redes políticas eo imaginário neoliberal**. Editora Uepg, 2014.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette; HOSKINS, Kate; PERRYMAN, Jane. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Uepg, 2016. 230 p.

BARROS, Eva Rodrigues Lopes. **Um diálogo entre a formação e a educação infantil: aproximações e distanciamentos**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Universidade do Rio dos Sinos-Unisinos, Porto Alegre, 2019.

BRASIL (org.). **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT): biblioteca digital brasileira de teses e dissertações**. 2002. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL(org).**Ministério da Educação (MEC)**.Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 23/06/2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição(planalto.gov.br)). Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. MEC/INEP. CENSO ESCOLAR 2023, Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>, acesso em: 13/07/2024

BRASIL. MEC/SEF/COEDI. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: [Início \(mec.gov.br\)](http://Início(mec.gov.br)). Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização – PNA**. Brasília: MEC/Sealf, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017. Homologa o parecer CNE/CP n- 15/2017 e instituem a implantação da Base Nacional Comum Curricular



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



(BNCC). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: DOU 21/12/2017 - Pg. 146 - Seção 1 | Diário Oficial da União | Diários Jusbrasil. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: Port-MEC-331-2018-04-05.pdf (abmes.org.br). Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil**. Ministério da educação, Brasília 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 23/06/2024.

BUENO, D. S., BARROS, T. de, FERRAZ, B. M. S. **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil**. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente Programa Creche para Todas as Crianças. 2020, e.1. São Paulo. Disponível em: Práticas Pedagógicas na Educação Infantil-v2.indd (fadc.org.br). Acesso em: 25 ago. 2022.

FRANGELLA, R. S.; DIAS, S.S.C.; OLIVEIRA, L. R. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 2, p. 406–426, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/41925>. Acesso em: 12/04/2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v28i62.1762>. <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/governanca>. acesso em janeiro de 2025.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas-SP, vol.27, nº.94, p.47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias**, [S.l.], v.11, n.22, p. 24, 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24114>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/4n8dJw3F7h8rcfbLfZcR6gC/>. Acesso em: 18 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



OLIVEIRA, Marcia Betania de; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. Docência sitiada: políticas de bonificação/premiação em foco. In: OLIVEIRA, Marcia Betania de; DIAS, Rosanne Evangelista; BORGES, Veronica (org.). **Docência nas políticas de currículo na Ibero-américa: demandas em disputas**. Curitiba: Crv, 2023. p. 143-162.

SILVA, E.A.P.B. **As Diretrizes Curriculares do Município de Andradina-SP e a Base Nacional Comum Curricular na percepção dos(as) profissionais da educação infantil**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em educação, Três Lagoas, 2021. Disponível em: descrição: as diretrizes curriculares do município de andradina-sp e a base nacional comum curricular na percepção dos(as) profissionais da educação infantil (ibict.br). Acesso em: 25 ago. 2022.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, Daniela *et al.* **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas, Sp: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – Alb; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - Fcc, 2015. p. 18-30. transformação da realidade. Cadernos da AATR – BA, Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012. 209 p. (Pensamento moderno). ; tradução de Caio Liudvig.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

